

POLÍTICA

ALBANO,
O QUE
VOTOU
ERRADO.

O senador Albano Franco provocou a ira dos empresários, que já pedem sua saída da presidência da Confederação Nacional da Indústria. Motivo: seu freqüente apoio (com votos) à esquerda.

Irritação, críticas, xingamentos e pressões pela demissão da presidência da Confederação Nacional da Indústria (CNI) são atitudes rotineiras de empresários e constituintes ao tratarem dos erros e trapalhadas cometidos pelo senador Albano Franco, como membro do PMDB e presidente de entidade, nas votações de maior relevância na Comissão de Sistematização — como a estabilidade no emprego e a distribuição dos derivados de petróleo.

Não foi somente ao votar de maneira contrária aos seus correligionários na questão do monopólio na distribuição dos derivados de petróleo que o senador Albano Franco beneficiou a chamada "esquerda" dentro de seu partido, tanto que ao votar foi aplaudido com entusiasmo pelos denominados "xiitas" e advertido pelo deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ).

É que, além de distraído — o senador chegou ao plenário quase no fim da votação e foi induzido a votar "sim"; quando para ser coerente com seu grupo seria natural votar "não" — o senador sergipano pouco vem comparecendo às sessões de votação da Comissão, da qual é um dos primeiros suplentes a ser chamado.

Na votação de anteontem pela manhã, a chamada começou pelos partidos menores (as votações ora começam pelo PMDB, o maior partido, ora pelo menor, o PMB, que tem apenas um representante) e todos os titulares e suplentes haviam votado, sendo ele o primeiro suplente do PMDB a ser chamado: com a votação errada, de certa forma ele direcionou os demais votos para a aprovação do monopólio brasileiro no petróleo.

Estabilidade

Albano Franco votou "errado" nas outras poucas vezes em que esteve no plenário da Sistematização. Por exemplo: não esteve nas votações do sistema tributário e somente chegou ao plenário na metade da votação da ordem econômica, justamente quando foi chamado na questão do petróleo. Em outro caso, votou favorável à retirada de uma emenda que protegia as empresas com



Confusão eletrônica: Gerson Peres nega...



... ter apertado o botão de votação e acusa o computador.

A mudança do regimento: Centrão tem pressa e promete luta em plenário para aprovar.

A Mesa da Constituinte publicou ontem o texto do projeto de resolução apresentado pelo grupo Centrão que altera o Regimento Interno da Assembléia, com a exclusão de sete das 319 assinaturas do documento, cinco a pedido dos signatários e duas de suplentes que foram substituídos pelos respectivos titulares. O senador Mauro Benevides (PMDB/CE) foi designado relator da matéria e deverá oferecer parecer à Mesa ainda hoje.

Na terça ou quarta-feira, o plenário da Constituinte começará a examinar o parecer de Mauro Benevides e a receber emendas ao seu texto. Segundo um dos coordenadores do Centrão, deputado Daso Coimbra (PDS/RJ), os 312 constituintes

que assinaram o projeto de resolução vão lutar para que ele seja aprovado na forma apresentada. Ele negou que o grupo esteja negociando com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, uma fórmula que permita emendas e destaques apenas a artigos, parágrafos, incisos e letras do substitutivo da Comissão de Sistematização.

"Nós podemos até abrir mão de apresentar emendas a títulos. Os capítulos, porém, nós não abrimos mão de alterar" — afirmou Daso Coimbra. Ele informou, ainda, que o grupo continuará de plantão até a votação do projeto no plenário. "Vamos nos reunir todas as noites, inclusive no fim de semana, para garantir uma tramitação rápida da matéria."

Ontem, Ulysses Guimarães reclamou do texto do projeto de resolução do grupo Centrão, em conversa com o líder do governo Carlos Sant'Anna. Ele disse que o texto é "rígido" e "muito duro" e que está tendo dificuldades em negociar a sua aprovação com as lideranças dos diversos partidos.

Carlos Sant'Anna, porém, argumentou que as alterações propostas terão que ser apoiadas por 280 assinaturas, ou seja, a maioria absoluta do plenário, razão pela qual o grupo não abre mão de sua proposta. Ele reafirmou, ainda, o que tem ouvido nas reuniões do Centrão: o grupo vai negar quórum para as votações, caso o entendimento não seja encontrado até a votação do projeto de resolução.

"Mas eu acredito na habilidade de negociação do dr. Ulysses e acho que tudo deverá ser resolvido de maneira satisfatória" — ressaltou o líder.

Já o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP), primeiro signatário do projeto, explicou que, "por enquanto, não estamos negociando nada nem escalamos ninguém para isso". O deputado Daso Coimbra afirmou que o deputado Ulysses Guimarães está fazendo um "conhecido jogo político: ele diz aos jornalistas que está negociando e espera que, também através da imprensa, aceitemos negociar. A encenação é perfeita, e competente, mas não passa de encenação. Não negociamos nada até agora", garantiu.

Pazzianotto: a Constituição não substitui negociações trabalhistas.

"Não sou contra o pagamento reforçado das horas extras, como não sou contra a prestação de horas extras eventuais e em número limitado. Apenas entendo que a Constituição, como lei maior ou lei das leis, não deve ser transformada, a qualquer pretexto, num emaranhado de disposições específicas, sob pena de ter vida curta e ineficaz."

As palavras são do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, em telex enviado ao Sindicato dos Bancários de Brasília, cujo presidente, José Sampaio de Lacerda Júnior, criticou entrevista concedida pelo ministro à imprensa, em que se declarava contrário ao dispositivo contido no projeto da Comissão de Sistematização da Constituinte, que obriga o pagamento da hora extra em dobro. Para justificar sua posição, Pazzianotto afirmou que "vejo hoje com tristeza dirigentes sindicais buscarem fazer da Constituição futura o substituto das negociações diretas, onde poderiam dar provas de sua liderança, competência e coragem".

Pressão

Cem mil exemplares de um manifesto à Nação, para denunciar a estratégia montada por empresários para "subornar a Constituinte", começarão a ser distribuídos hoje em todo o País. Este é o primeiro passo do "Movimento de Defesa das Conquistas dos Trabalhadores na Constituinte", que reuniu-se ontem em Brasília.

Participam do movimento cerca de 50 sindicatos — entre eles os dos bancários, professores, médicos, rodoviários e eletricitários — e as duas centrais sindicais — a CUT e a CGT. A intenção, conforme explicou o presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, José Sampaio de Lacerda Júnior, "é reagir contra as ameaças do Centrão, que nós chamamos de Direitão, que tenta reverter o voto dos constituintes". Segundo ele, os direitos sociais aprovados pela Comissão de Sistematização da Constituinte, como a proibição de dispensa imotivada e a imprescritibilidade das reclamações trabalhistas, "refletem o anseio dos trabalhadores brasileiros".

de assistência, por parte da CNI, "aos que estão, como eu, comprometidos, por convicção, com a livre iniciativa. Estou surpreso porque, decorridos nove meses de Constituinte, nunca fui visitado por nenhuma representação da CNI" — salienta.

"Não posso aceitar que setor tão importante do empresariado brasileiro seja presidido por um imbecil" — disse ontem, o líder do PFL, José Lourenço, ao presidente da Fiesp, Mário Amato, a propósito do desempenho do senador Albano Franco na Constituinte.

"Ou ele se afasta do Senado ou da CNI" — acrescentou. O líder do PFL atendeu a chamada telefônica do empresário paulista na presença dos repórteres. Exaltado dizia: "O melhor é

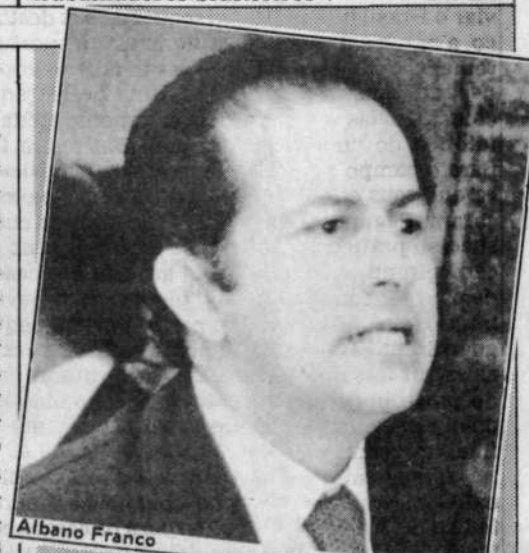
de assistência, por parte da CNI, "aos que estão, como eu, comprometidos, por convicção, com a livre iniciativa. Estou surpreso porque, decorridos nove meses de Constituinte, nunca fui visitado por nenhuma representação da CNI" — salienta.

"Não posso aceitar que setor tão importante do empresariado brasileiro seja presidido por um imbecil" — disse ontem, o líder do PFL, José Lourenço, ao presidente da Fiesp, Mário Amato, a propósito do desempenho do senador Albano Franco na Constituinte.

"Ou ele se afasta do Senado ou da CNI" — acrescentou. O líder do PFL atendeu a chamada telefônica do empresário paulista na presença dos repórteres. Exaltado dizia: "O melhor é

Ele já prejudicou muito e vai prejudicar mais. Alguma coisa deve ser feita". Encerrado o telefonema, ele emendou: "O presidente da CNI não pode votar assim irresponsavelmente. O setor privado precisa de líderes mais competentes. Não pode ficar com um idiota desses" — insistiu.

Em Curitiba, o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo da Rocha Azevedo, defendeu, em palestra a empresários, a demissão do presidente da CNI, "que vem adotando uma política de peleguismo e não representa em nada a livre iniciativa brasileira". Em sua palestra sobre o mercado de ações atual, Rocha Azevedo criticou a atuação dos constituintes, considerando que "o País não tem outro caminho se não o de realizar as eleições



Albano Franco